

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE ARTES E DESIGN
ESPECIALIZAÇÃO EM MODA, CULTURA DE MODA E ARTE**

Carolina Giacomini Corrêa

**O DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ARTÍSTICO E A MODA NO
BRASIL APÓS A CHEGADA DA CORTE PORTUGUESA**

Juiz de Fora

2013

Carolina Giacomini Corrêa

**O DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ARTÍSTICO E A MODA NO
BRASIL APÓS A CHEGADA DA CORTE PORTUGUESA**

Monografia apresentada ao Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Moda, Cultura de Moda e Arte.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patricia Moreno

Juiz de Fora

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Corrêa, Carolina Giacomini .

O desenvolvimento cultural, artístico e a moda no Brasil após a chegada da corte portuguesa / Carolina Giacomini Corrêa. -- 2013.

42 f. : il.

Orientador: Patrícia Moreno
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) -
Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Artes e Design. Especialização em Moda, Cultura de Moda e Arte, 2013.

1. Colônia. 2. Missão Artística Francesa. 3. Debret. 4. Cultura. 5. Moda. I. Moreno, Patrícia, orient. II. Título.

Carolina Giacomini Corrêa

**O DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ARTÍSTICO E A MODA NO
BRASIL APÓS A CHEGADA DA CORTE PORTUGUESA**

Monografia apresentada ao Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Moda, Cultura de Moda e Arte.

BANCA EXAMINADORA

Patricia Moreno – UFJF (orientadora)

Afonso Rodrigues – UFJF

Javer Volpini – UFJF

Examinado em: ____ / ____ / ____.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof^a. Dra^a. Patricia Moreno por acolher e efetivamente colaborar para que este trabalho pudesse ser concluído; à coordenação da Pós-Graduação em Moda, Cultura de Moda e Arte da Universidade Federal de Juiz de Fora pela competência demonstrada em todo o curso, bem como pela compreensão e riqueza de conhecimento tão gentilmente cedida aos discentes.

RESUMO

Após iminente ameaça de invasão das tropas napoleônicas a Portugal, o rei D. João VI deixa o país rumo à colônia, Brasil. Estabelece-se no Rio de Janeiro, onde uma série de mudanças é iniciada em virtude da presença da Corte portuguesa, bem como dos choques culturais ocorridos entre povos de países tão distintos, além da influência europeia por parte dos imigrantes. Dentre as providências, tem-se: a criação de escola de ensino superior, até então inexistente no Brasil; a chegada da Missão Artística Francesa, a qual desencadeou uma nova arquitetura, o ensinamento das artes e o registro da época em imagens, com forte contribuição de Debret. Destaca-se o estilo de vida francês adotado no Brasil, nele contidos o modo de vestir, comportamento e propagação do idioma.

Palavras-chave: Colônia. Missão Artística Francesa. Debret. Cultura. Moda.

ABSTRACT

After an imminent threat of an invasion by the Napoleão Bonaparte's army to Portugal, the king D. João VI leaves his country toward the colony, Brazil. He settles in Rio de Janeiro where lots of changes begin due to the presence of the portuguese Court and to the culture differences between such distant people, beyond the European influence by the immigrants. Among the arrangements there are: the creation of a college, missing in Brazil before; the arrival of the French Artistic Mission, which provoked a new architecture, the teaching of arts and the record of that time through images with important Debret's contribution. It should be noted the French lifestyle adopted in Brazil, seen by the mode of dressing, behavior and the spread of the language.

Keywords: Colony. French Artistic Mission. Debret. Culture. Fashion.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 – Jean Baptiste Debret. <i>Vendedoras de pão de ló</i>	28
Figura 02 – Jean Baptiste Debret. <i>Negras livres vivendo de suas atividades</i>	29
Figura 03 – Jean Baptiste Debret. <i>Coroação de Maria Leopoldina da Áustria</i>	30
Figura 04 – Exposição “Mulheres Reais”. Reprodução do vestido usado pela princesa Leopoldina na coroação de D. Pedro I	31
Figura 05 – Exposição “Mulheres Reais”. Reprod. do traje oficial de D. Maria I ..	32
Figura 06 – Artista desconhecido. Retrato de Carlota Joaquina de Bourbon	33
Figura 07 – Exposição “Mulheres Reais”. Reprod. do traje de D. Carlota Joaquina	34
Figura 08 – Jean Baptiste Debret. <i>Dia do Entrudo</i>	35
Figura 09 – Jean Baptiste Debret. <i>Um Jantar Brasileiro</i>	36
Figura 10 – Jean Baptiste Debret. <i>Coroação de D. Pedro I</i>	36
Figura 11 – Jean Baptiste Debret. <i>Um funcionário a passeio com sua família</i>	37
Figura 12 - Jean Baptiste Debret. <i>Uma senhora brasileira em seu lar</i>	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O BRASIL ANTES DA CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA	10
2.1 A “FUGA”	11
3 AS PRIMEIRAS MUDANÇAS: O ENSINO SUPERIOR	13
3.1 AS ARTES INTRODUZIDAS POR D. JOÃO VI	14
3.1.1 A Missão Artística Francesa	15
3.1.2 A contribuição de Jean Baptiste Debret para a história do Brasil	18
3.2 A INFLUÊNCIA FRANCESA NA CULTURA BRASILEIRA	20
3.3 MOVIMENTAÇÕES TÊXTEIS	22
3.4 A MODA E O COMÉRCIO DE ROUPAS	23
4 ESTUDO SOBRE MODA E COSTUMES: ANÁLISE DE IMAGENS	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

A partir de uma pesquisa histórica, é possível identificar características da sociedade atual, bem como sua relação com a própria cultura. Examinando importantes obras do passado e construções recentes, compreende-se melhor as origens de um povo, suas transformações, concluindo sobre a formação de seu presente.

De extrema importância se faz o estudo das origens do Brasil, colônia e república, de modo a identificar aspectos históricos desencadeadores de comportamentos socioculturais que perduraram ao longo dos séculos. Nesse sentido, um estudo sobre o surgimento dos canais oficiais de produção e difusão artística e cultural, criados a partir da chegada da família real ao Brasil, torna-se importante para descobrirmos os pontos de interseção entre cultura, arte e moda nesse período.

Estudar a história do nosso país é sempre um desafio - primeiro, porque o passado é infinito, o que torna os estudos inesgotáveis (e por isso sempre fascinantes); segundo, pela dificuldade de acesso a documentos mais abrangentes. Isto porque, assim como ocorre nos dias atuais, a disparidade econômica, social e educacional sempre foi um grande empecilho. Tal fato torna extremamente difícil a pesquisa em relação a camadas mais baixas da sociedade, de pouca instrução. Portanto, quanto a estes, resta analisar relatos e imagens da época, muitas vezes retratadas com certa parcialidade, dotados de preconceitos e opiniões pessoais.

Com relação aos abastados, intelectuais e demais figuras importantes do século XIX, a riqueza da documentação deixada permite ao pesquisador voltar no tempo, interpretar os fatos com olhos da época, bem como compará-los com a atualidade. Quanto ao ambiente que compreende estas pessoas, vasta se apresenta a literatura nacional, que nos permite analisar todo o contexto de uma época, principalmente no que tange à própria família real.

O presente estudo destaca a influência europeia no modo de vestir dos brasileiros, bem como nas maneiras de se comportar e na forma de se relacionar, gerando resquícios na sociedade atual. Da mesma forma, busca esclarecer o contexto em que os estrangeiros se encontravam imersos, os fatos motivadores da imigração e o alcance de sua cultura no que toca à brasileira.

É tecida uma análise acerca das impressões relacionadas à moda da época, a forma como ela se expunha e diferenciava as classes sociais. Como referido anteriormente, o texto desenvolvido considera a falha na propagação de educação e cultura, levando em conta o abismo social e financeiro entre as classes, tanto por exclusão, quanto por interesses políticos.

De cunho eminentemente histórico, o trabalho em questão visa a relatar fatos, bem como correlacionar ideias a partir de um paralelo entre o momento que antecedeu à chegada da família real portuguesa e o período joanino propriamente dito. Dar-se-á o estudo, além do texto, por meio de imagens criadas por artistas atuantes no século abrangido - guardadas as questões subjetivas referidas acima -, uma vez que se trata de fonte rica de informações sobre a relação em sociedade dos indivíduos em suas ramificações sociais respectivas.

A pesquisa desenvolvida almeja uma sucinta retratação sobre as mudanças ocorridas no Brasil após a chegada da corte portuguesa, sobretudo no que diz respeito à arte, cultura e moda. Muito longe de esgotar o tema, a monografia abrangerá os aspectos considerados mais importantes uma vez relacionados aos temas abordados durante o curso.

O trabalho possui como fontes de pesquisa imagens da época, em sua maioria de autoria de Jean Baptiste Debret, devido à sua importância para a história do Brasil, tendo sido o artista oficial da corte, por onde é possível investigar os hábitos e mudanças na indumentária a partir da vinda da família real portuguesa. A metodologia utilizada abrange tais imagens intercaladas com outras fontes bibliográficas como livros, periódicos e artigos científicos.

No primeiro capítulo será realizada uma breve abordagem histórica, de forma a situar o leitor no período a ser trabalhado, relatando sobre a vinda da corte portuguesa para o Brasil, incluindo os motivos que a motivaram para tal. Em um segundo momento, serão relatadas as mudanças de fato promovidas durante o reinado de D. João VI no país, abrangendo diversos campos como educação, arte (com ênfase a Debret, à Missão Artística Francesa, além das demais influências exercidas por aquele país), arquitetura e moda. Por fim, será tecida a análise de imagens referida anteriormente, de modo a identificar aspectos importantes de mudança da sociedade, envolvendo novos costumes e modos de vestir.

2 O BRASIL ANTES DA CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA

Muito se discute sobre o preparo da cidade do Rio de Janeiro para se tornar a corte do império português, e o senso comum afirma que o local estava despreparado para receber o rei. No entanto, há quem defenda que a elite carioca era tão culta quanto à de Lisboa, e que a cidade era a mais rica de todo o império.¹ Vários viajantes estrangeiros que aqui estiveram na primeira metade do século XIX retrataram a paisagem urbana brasileira como modesta. Segundo eles, com exceção da capital, Rio de Janeiro, e de alguns centros, a maior parte das vilas e cidades não passava de pequenos burgos isolados com casario baixo e discreto. As casas dos ricos não possuíam luxo e, na época, era proibido por lei exibir riqueza em suas residências, as quais deveriam respeitar regras arquitetônicas. Dessa forma, tal dinheiro era investido em templos, fato que justifica a riqueza das igrejas cariocas.

A instalação de conventos de jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos contribuiu para a iniciação da vida cultural no mundo colonial. Com as ordens religiosas vieram os primeiros livros, capazes de instruir e ensinar a rezar, como livros de novenas e orações, breviários sobre a vida de santos e catecismos.

Apesar da veemente presença da leitura sacra, já se anunciavam outros tipos quando das primeiras visitas do Santo Ofício da Inquisição. Tais leituras denunciadas eram proibidas no Brasil, uma vez que Estado e Igreja taxavam livros como fontes de inquietação e pecado.² Paralelamente à preocupação religiosa, os livros procuravam noticiar as riquezas da terra, posteriormente dando lugar a relatos históricos.

Por outro lado, conspirava contra a presença de livros o grande número de analfabetos, o qual compreendia quase a totalidade de escravos coloniais. Conforme Priore e Venancio (2010), entre os que sabiam ler e escrever, muitos se encarregavam de retratar a terra e seus moradores, assim como administradores,

¹ Embora não se comparasse a cidades ricas europeias, o Rio de Janeiro possuía sua elite desfrutando de certa vida cultural, como os espetáculos do Real Teatro de São João. Havia, ainda, a Real Fazenda de Santa Cruz, bem como o Paço da cidade e a Quinta da Boa Vista, onde D. João podia se hospedar, como de fato o fez, com certo conforto.

² Em 1593, vários moradores da Bahia foram acusados de ler o romance *A Diana*, de Jorge de Montemayor sobre um picante caso de amor, considerado um clássico profano do Renascimento europeu.

sacerdotes, magistrados e mercadores, os quais produziam relatórios, descrições ou apenas poemas, sempre com o intento de tirar proveito de quem os cercava.³

Enquanto uns relatavam os proveitos da terra com palavras, outros a esculpam na madeira e no barro, e dos conventos que abrigaram as primeiras bibliotecas também saíram os primeiros artistas. A vida cultural que começava a se desenvolver impulsionou a arquitetura em diversas regiões do Brasil, como o barroco mineiro, que alternava fachadas sóbrias com interiores ricamente trabalhados. Da concorrência entre confrarias e irmandades religiosas pela decoração das igrejas resultaram trabalhos suntuosos.

Segundo relatos da época, mesmo as atividades culturais cariocas não eram suficientes para quebrar a monotonia cotidiana. Além dos saraus familiares e do entrudo⁴, que seria uma espécie de Carnaval, o evento social mais importante continuava a ser a missa dominical.

O Passeio Público representava a melhor área de lazer da população. Pelas ruas, sentados sobre barris, os aguadeiros esperavam sua vez diante dos chafarizes que traziam “a linfa mais cristalina” do Alto da Tijuca. Seus gritos se misturavam aos ruídos de escravos, mendigos e ciganos. Nas noites de luar, era à beira d’água que famílias se reuniam, entoando modinhas e lundus ao som de violão. (PRIORE e VENANCIO, 2010, p. 153).

Foi nesse Rio de Janeiro que o futuro monarca e a família real desembarcariam em 8 de março de 1808.

2.1 – A “FUGA”

Após a derrota para os ingleses no Mediterrâneo, Napoleão reagira decretando o bloqueio continental, de forma a fechar os portos europeus a produtos britânicos, ordem esta desobedecida por Portugal. Determinados a tomar o pequeno e desprotegido país, bem como destronar seu príncipe regente, as tropas francesas,

³ José de Anchieta foi o pioneiro, tendo produzido um dos primeiros livros aqui publicados, tal qual um poema épico sobre o governador Mem de Sá, com descrições sobre suas crueldades em relação aos indígenas. O jesuíta escreveu, ainda, poesias e autos teatrais, sempre almejando catequizar os infiéis.

⁴ Trazido para nosso país pelos portugueses, trata-se de uma festa realizada durante os três dias que precedem a Quarta-feira de Cinzas. Embora o Carnaval seja uma festa tradicionalmente brasileira, pode-se dizer que tem sua origem no entrudo.

vindas de território espanhol, marcharam em direção à fronteira de Portugal e, por este motivo, deu-se a abrupta e imediata fuga de D. João e sua família.

No dia vinte e nove de novembro de 1807, os portugueses amanheceram com uma sensação de desamparo e perda irreparável. A fuga do príncipe regente reduzia Portugal a um território vazio, sem identidade, sem governo próprio, vulnerável a qualquer aventureiro que desejasse invadi-lo e assumir o trono. Intimidado pela enorme pressão de Napoleão Bonaparte, gênio militar, D. João se viu obrigado a fugir para o Brasil com toda a sua corte, escoltados pela Marinha Britânica.

O povo de Lisboa manifestava com lágrimas, dor e desolação seu sentimento diante da partida do príncipe. Mas, ao aportar na Bahia, não era um refugiado que chegava, e sim o chefe de um Estado nacional em funções que resolveu migrar para cá. (PRIORE e VENANCIO, 2010, p.153).

Embora a população portuguesa tenha sido surpreendida, a decisão da família real de atravessar o Atlântico não foi imposta de imediato. A fragilidade portuguesa, em contraste com a robustez militar das tropas inimigas, permitiam prever a invasão. Havia muito se estudava a possibilidade de deixar o continente e, portanto, às vésperas da partida, a esquadra portuguesa estava pronta e aparelhada com o tesouro e a biblioteca real. Não se tratava de uma simples visita de D. João e D. Maria⁵ e seus familiares. A migração implicou a transferência de inúmeros funcionários régios, inclusive, boa parte deles pertencente à nata da administração e da aristocracia portuguesas. Dessa forma, o império português passava a ter duas sedes – uma em Lisboa e outra no Rio de Janeiro, situação justificada enquanto pairou a ameaça napoleônica.

⁵ Mãe de D. João VI, filha de D. José I de Portugal e de D. Mariana Vitória da Espanha, foi a primeira mulher a se tornar rainha de Portugal. Viveu tempos difíceis para a monarquia europeia, quando reis e rainhas eram perseguidos, destituídos, aprisionados, exilados, deportados e até executados em praça pública. Acometida de transtornos mentais, Maria I foi considerada incapaz de tomar decisões a partir de 1799.

3 AS PRIMEIRAS MUDANÇAS: O ENSINO SUPERIOR

Uma vez instalado no Brasil, cabia a D. João criar um país a partir do nada. A colônia carecia de um governo organizado, que se responsabilizasse por todas as suas carências, como estradas, escolas, tribunais, bancos, hospitais e tantas outras necessidades. O rei não perdeu tempo e logo tratou de iniciar sua mais grandiosa tarefa – construir nos trópicos o império americano de Portugal.

Ainda em Salvador, o governo regente tomou medidas que começaram a organizar internamente a colônia. Entre condecorações⁶ e medidas administrativas de rotina, o príncipe teve iniciativas inéditas à época para uma colônia, como a licença para a criação da Escola Médico-Cirúrgica, devido à carência de especialistas desta área, sendo o primeiro estabelecimento de ensino superior do Brasil. Até então, não era permitida na colônia a existência de universidades.

Dentre outras medidas, o príncipe permitiu a instalação de manufaturas e indústrias de vidro, de pólvora e de moagem de trigo na Bahia. Este fato foi, de certa forma, revolucionário, eis que a colônia se dedicava somente à agricultura e mineração, pois a produção e o comércio de manufaturados eram exclusividade da metrópole.

Durante a permanência de D. João VI no Brasil, o aumento das escolas régias foi incentivado, tais quais equivaleriam hoje ao ensino médio, tendo sido apoiado também o doutrinamento de primeiras letras e as cadeiras de artes e ofícios. Antes da chegada da Corte, toda a educação no Brasil colônia estava restrita ao ensino básico e confiada aos religiosos, e as provas eram aplicadas, muitas vezes, dentro de igrejas. Ao contrário das colônias espanholas vizinhas, as quais já possuíam universidades, no Brasil não havia uma só faculdade.

Até 1815 a educação era restrita a recitar preces de cor e calcular de memória, sem saber escrever. Conforme relatos da época, tal ignorância era fomentada pelo receio dos maridos da temida correspondência amorosa. Seguindo os costumes mouros impostos a Portugal durante a Idade Média, as mulheres raramente saíam de casa, a não ser para ir à missa, tendo como atividade apenas a

⁶ D. João precisava do apoio financeiro da elite rica e, para cativá-la, distribuía honrarias e títulos de nobreza. Diz-se que, apenas nos seus oito primeiros anos no Brasil, o rei outorgou mais títulos de nobreza do que em todos os trezentos anos anteriores da história da monarquia portuguesa.

confeção de rendas, preparo de doces e mexericos com as escravas da casa. Somente em meados do século tornou-se normal para as jovens brasileiras bem nascidas frequentarem escolas, embora a escolha do material de leitura continuasse estritamente circunscrito. Tal mudança elevou não só a condição social da mulher, mas também a publicação de livros, já que elas representavam um grande público consumidor.

No Rio de Janeiro, a Academia Militar foi ampliada, na Bahia e no Maranhão, escolas de artilharia e fortificação solidificavam-se. Teve início o funcionamento de bibliotecas e tipografias, sendo a Imprensa Régia, no Rio, responsável pela impressão de livros, folhetos e periódicos nela publicados.

Com a denominação de Jardim de Aclimação, foi inaugurado o Jardim Botânico com espécimes trazidos da Índia, Ilhas Maurícias e Guiana Francesa. Dessa forma, logo no primeiro ano de governo, o regente conseguiu instalar e fazer funcionar setores de suas principais áreas de atuação, como segurança e polícia, justiça, fazenda e área militar. Cabe destacar que ele não começou exatamente do zero, já que a Coroa sempre administrou e controlou o Brasil de acordo com o código legal vigente em Portugal desde o século XVII. “O processo de implantação foi, pois, tanto de sobreposição como de fusão e adequação e, sendo do interesse da Coroa, também o de inovação.” (SCHWARCZ, 2008, p.8).

3.1 AS ARTES INTRODUZIDAS POR D. JOÃO VI

D. João possuía como meta promover as artes, a cultura, tentar infundir algum traço de refinamento e bom gosto nos hábitos atrasados da colônia. Diversos prestigiosos artistas portugueses chegaram com o rei, tendo vindo também a Missão Artística Francesa. Esta última era chefiada por Joaquim Lebreton, secretário da seção de belas-artes do Instituto de França, e composta por alguns dos mais renomados artistas da época: Jean Baptiste Debret (discípulo de Jacques-Louis David, o pintor favorito de Napoleão Bonaparte); Nicolas Taunay, pintor de paisagens; seu irmão Auguste Taunay, escultor; Grandjean de Montigny, arquiteto; Simon Pradier, gravador e entalhador; Francisco Ovide, professor de mecânica aplicada; Francisco Bonrepos, ajudante de escultor; Segismund Neukomm, músico e discípulo do compositor austríaco Franz Joseph Haydn.

A Missão Francesa tinha como principal objetivo a criação de uma academia de artes e ciências no Brasil, embora os franceses tenham se preocupado mais em papercar o rei e a corte que garantiam seu sustento. Durante as grandes celebrações da monarquia, cuidavam da organização e ornamentação, para as quais erguiam arcos monumentais nas ruas do Rio de Janeiro, preparavam peças e concertos, e pintavam cenas que se tornariam célebres posteriormente.

Debret, o mais conhecido de todos os artistas franceses, responsável pela melhor e mais ampla iconografia da época, ficou quinze anos no Brasil. Seus quadros, gravuras e anotações registram meticulosamente a paisagem, os hábitos e costumes do Rio de Janeiro e arredores, a escravidão nas cidades e fazendas, os integrantes da família real (inclusive os retratos mais famosos de D. João VI), os rituais da Corte e a coroação de D. Pedro I.

A música era a arte preferida da corte e muito se gastava anualmente com a manutenção da Capela Real e seu corpo de artistas, composto por muitos cantores. Dentre outras iniciativas grandiosas, D. João também adotou providências paroquianas, como a ordem para alterar a fachada das casas do Rio de Janeiro, que antes possuíam janelas em estilo mourisco, chamadas rótulas ou gelosias. Tratava-se de uma abertura na parede, protegida por treliças de madeira, com um vão na parte inferior, onde os moradores podiam observar o movimento na rua sem serem vistos. As grades de madeira impediam a entrada de luz solar, o que tornava o interior das casas escuro e sufocante. O príncipe detestou tal detalhe arquitetônico e ordenou que todas as treliças fossem removidas imediatamente, substituídas por vidraças.

3.1.1 A Missão Artística Francesa

Em inúmeras situações, de forma direta ou indireta, o Brasil foi fortemente influenciado pela França no século XIX. Isto se deve não só à ascensão de Napoleão Bonaparte, com sua política expansionista, levando a família real portuguesa ao Brasil, mas também após sua queda, quando se iniciou um movimento de aproximação com os franceses. Nesses dois momentos, a França mostrou-se muito presente na colônia, promovendo uma série de mudanças culturais e intelectuais. Com a deportação de Napoleão, os laços entre portugueses

e franceses foram retomados, o que promoveu, em 1816, a instalação da Colônia Lebreton no Rio de Janeiro, mais conhecida por Missão Artística Francesa, abordada no item anterior.

A família real, acostumada a viver em um ambiente de tradições europeias, obviamente desejava incorporar novos costumes ao Brasil. Um mês após a chegada de D. João VI, foi revogada a lei que impedia a instalação de indústrias, iniciando-se um processo de reestruturação urbana.

Da mesma forma, a arte também começou a ser revista, de modo a reproduzir no Brasil o universo europeu, com inspiração vinda da França. Aliado a este intuito, por conta de turbulências políticas ocorridas sobretudo na primeira metade do século XIX, o mercado de trabalho francês foi extremamente afetado, o que contribuiu grandemente para o aumento da emigração. Assim, a Missão Francesa passou a imprimir no Brasil rumos artísticos jamais vistos, eis que, antes de 1816, a arte local seguia com rigidez os cânones religiosos.

A colônia combinava rusticidade, belas paisagens e valores culturais portugueses, o que tornava o Rio de Janeiro um atrativo para os estrangeiros. A cidade dominava o imaginário europeu, sendo uma das mais visitadas nas primeiras décadas do século XIX.

Secretário recém-destituído da Academia de Belas Artes do *Institut de France*, Joachim Lebreton tornou-se o comandante da Missão Francesa, com a tarefa de organizar um sistema de ensino formal das artes e de seus ofícios. Foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, mais tarde transformada em Imperial Academia e Escola de Belas Artes.

Para desenvolver o projeto do edifício da futura Academia, o nome Montigny despontou e, dada a importância de tais ações, foi constituído, mais de um século depois, o Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, a partir do acervo trazido de Portugal por D. João VI, acrescentado da coleção reunida por Lebreton, passando o Brasil a formar sua mais importante pinacoteca.

A cidade do Rio de Janeiro floresceu culturalmente e, durante sete anos, Jean Baptiste Debret ocupou a posição de cenógrafo do Real Teatro de São João, despertando uma admiração explícita do primeiro imperador do Brasil. O artista aproximara-se de D. Pedro antes mesmo da Independência e coube a ele redesenhar adereços, uniformes e comendas para a nova nação.

Coube ao parisiense fornecer o emblema nacional do Brasil: sua bandeira verde e amarela. A bandeira do império, de autoria do artista, serviu de inspiração para o projeto da brasileira, de Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, com desenho de Décio Linhares, em 1889. O losango amarelo inserido num retângulo verde, respectivamente as cores dinásticas dos Habsburgo-Lorena e dos Bragança, substituem, na concepção de Debret, o azul e o vermelho das bandeiras da França napoleônica.

Outro importante pintor francês foi Nicolas Antoine Taunay, o qual, mais do que um especialista em paisagens, ganhou fama por fazer parte do círculo de artistas que atendia a Napoleão, criando para este telas de grandes proporções. Durante os cinco anos em que permaneceu no Brasil, Taunay produziu cerca de trinta obras inspiradas nas paisagens da cidade e de seu entorno. Quando retornou à França, em 1816, levou na bagagem as palmeiras descobertas no país, as quais se fixaram na mente do pintor e apareceram com frequência em seus trabalhos seguintes.

Com relação à arquitetura, a Missão Francesa levou o Brasil a abandonar o barroco e as casas coloniais, passando a adotar o estilo neoclássico. Responsável pela mudança e considerado o “arquiteto do Rio de Janeiro”, Grandjean de Montigny importou o modelo de modernidade da Europa e concebeu o prédio da Academia Imperial de Belas Artes da Praça do Comércio (atual casa França-Brasil). Considerado o primeiro registro neoclássico da cidade, o prédio da Praça de Comércio, inaugurado em 1820, funciona hoje como uma espécie de bolsa de mercadorias. Sua casa, o Solar de Montigny, foi um dos edifícios marcantes projetados pelo artista, com aspecto austero, desprovido de ornamentação e com formas geométricas rigorosas.

O projeto do prédio da Academia Imperial de Belas Artes deu origem à Escola de Belas Artes, a qual pertence atualmente à Universidade Federal do Rio de Janeiro. O edifício, instalado no centro da cidade, foi demolido em 1930, e dele resta apenas a fachada principal, que foi transportada para o Jardim Botânico. Montigny ainda se destacou como o fundador do ensino da arquitetura no país e deixou um conjunto importante de desenhos e projetos, hoje guardados nos acervos da Biblioteca Nacional da Escola de Belas Artes da UFRJ.

Com o advento da Proclamação da República, houve um rompimento com o neoclassicismo que marcou os edifícios do século XIX e, principalmente, o estilo

imperial. No entanto, a França, estimulada pela *École de Beaux-Arts*, continuou a ser matriz e modelo de arquitetura moderna em todo o mundo.

3.1.2 – A contribuição de Jean Baptiste Debret para a história do Brasil

Considerado o primeiro pintor da história brasileira e também o documentarista da corte, a contribuição artística de Debret foi imensa, tendo registrado com o seu pincel momentos memoráveis, como o desembarque de D. Leopoldina⁷ em terras brasileiras.

Durante os quinze anos em que permaneceu no país, o artista produziu vários retratos da família real, aquarelas e desenhos sobre o cotidiano da cidade, dedicando-se, ainda, ao magistério artístico. Suas obras retratam desde as atividades dos escravos e dos grupos indígenas até a rotina da corte portuguesa.

Debret tinha quase cinquenta anos quando aceitou o convite de Joachim Lebreton para se juntar à colônia de bonapartistas que imigrou para o Rio de Janeiro. Com Napoleão, seu patrono, exilado na ilha de Santa Helena, e depois de ter sido abandonado pela mulher e perdido seu único filho, o pintor de história tem a visão aguçada pela aflição da dor.

A luminescência bruta dos trópicos partiu os sentidos de Debret; o arado luminoso propagou o rigor dos cânones neoclássicos nos quais havia sido doutrinado. “Esta luz é o principal elemento desagregador que o francês encontrou no Rio de Janeiro ao retratar o cotidiano de seu exílio, entre a negrura da escravaria e a brandura da cal”. (BANDEIRA, 2006, p.9).

Debret fazia suas aquarelas na rua, dissolvendo com o pincel molhado as placas de pigmentos aglutinados em goma arábica. A rapidez desta técnica e sua espontaneidade latente carregavam de autenticidade a imagem, traduzindo diretamente as suas impressões. Tal sinceridade foi sendo desenvolvida paralelamente ao romantismo e à sua veneração pela natureza e a beleza pitoresca.

Considerada uma técnica que habita a fronteira entre as artes do desenho e da pintura, o prestígio da aquarela cresceu na primeira metade do século XIX. O

⁷ Filha de Francisco I da Áustria e de Maria Teresa da Sicília; irmã da segunda esposa de Napoleão Bonaparte e sobrinha-neta de Maria Antonieta. Foi arquiduquesa da Áustria, princesa e imperatriz do Brasil.

método confirmou-se, diante dos poucos meios necessários ao seu emprego e à velocidade de sua execução, como o instrumento ideal para os artistas viajantes da primeira metade dos Oitocentos.

Debret opôs, pela primeira vez no Brasil, uma arte instável e sem artifício, e também profana, transferindo êxtases e sofrimentos dos altares e incensórios barrocos de ouro e prata para a rua, alimentando o culto ao sofrimento e a dor do ideal romântico. À medida que ia se despindo do neoclássico, o artista apresentava outro elemento novo, o qual gerava incômodo, que era a exposição da nudez da escravidão, aproximando-se da violência e da loucura de uma realidade que as elites preferiam não ver.

A solidão e a morte apareciam na obsessão mórbida de Debret pelos enterros, pelos caixões de anjinhos ou de cadáveres de negros sendo levados em lençóis pendurados na vara. Foi o único artista a se preocupar, em seu tempo, com a realização de um trabalho etnográfico.

Além do registro de uma variedade de utensílios domésticos, vasos e samburás, este cuidado também está presente nas máscaras indígenas de madeira e plumária, nos amuletos africanos, feitos com miçangas esmaltadas e unhas de animais, ou ainda nos trajes das procissões católicas. A preocupação taxológica do artista chega, ainda, à história natural com seus esboços de animais.

Utilizada sistematicamente como iconografia em todos os estudos sobre o Brasil, desde o período colonial até o primeiro reinado, a obra de Debret não tem igual na representação da infinidade de costumes brasileiros ora desaparecidos. O número de obras do artista, que continua em aberto, durante sua permanência no Brasil – de 1816 a 1831 – deve passar do milhar.

Em 1829, Debret organizou a primeira exposição pública de arte do Brasil, tendo financiado o catálogo da mostra, no qual foram exibidos 115 trabalhos de alunos e professores. De volta a Paris, entre os anos 1831 e 1839, escreveu e publicou a obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, composta por três volumes e cerca de 150 ilustrações, pelas quais revelou sua profunda relação pessoal e emocional com o país, por meio de aspectos, paisagens e costumes brasileiros. No entanto, seu precioso realismo ao retratar a sociedade brasileira permaneceu inédito por mais de 100 anos, pois, somente em 1940, o *Viagem Pitoresca* teve sua primeira edição em português.

3.2 A INFLUÊNCIA FRANCESA NA CULTURA BRASILEIRA

Entre tantos momentos históricos imortalizados por Debret, está a coroação de D. Pedro I como Imperador e Defensor Perpétuo, em 1º de dezembro de 1822. Tal acontecimento rompeu definitivamente com o costume português ao obedecer a um cerimonial semelhante ao da coroação de um imperador francês.

A atração pela França chegava a ser uma obsessão do imperador e a primeira constituição do Brasil, dentre outras influências, tinha como inspiração as ideias do pensador, romancista e político constitucionalista Benjamin Constant de Rebecque. Tamanha era a influência, que nesse período o francês chegou a ser cogitado como idioma oficial.

Mais tarde, a admiração pela França acabou por influenciar a educação brasileira, tendo sido criado no Rio de Janeiro, em 1837, o Imperial Colégio Pedro II. Trata-se da primeira escola oficial de instrução secundária no Brasil, instituída para se tornar um modelo de ensino e formar a elite intelectual e política.

Não foram apenas os artistas integrantes da Missão Artística de 1816 os responsáveis pela difusão da cultura da França em terras brasileiras. A partida espontânea de franceses para o país ocorreu durante todo o século XIX, transformando o Rio de Janeiro em um dos maiores centros de imigração até 1870.

A maior parte dos imigrantes escolheu o Rio como porto de desembarque pelo fato de que a capital proporcionava melhores oportunidades para os estrangeiros atuantes no setor terciário. No final do século XIX, as informações acerca da cidade divulgadas por autores franceses destacavam a forte influência cultural da França junto às elites brasileiras, incentivando a vinda ao país.

A Europa, portanto, impressiona-se pelo Brasil. As minas fabulosas, a beleza paradisíaca da baía do Rio de Janeiro, as florestas intermináveis, os rios imensos, as tribos indígenas: eis o quinhão do exotismo, apelando para o desejo de aventura. (VIDAL e LUCA, 2009, p.124).

Paralelamente à vinda de europeus, ocorreu uma verdadeira migração de costumes, e os brasileiros procuravam imprimir a marca europeia em todos os aspectos do cotidiano. A mudança ocorria desde os alimentos consumidos até as formas de tratamento e o vestuário.

As formas de tratamento também não ficam imunes a essas mudanças: expressões tradicionais, portuguesas ou resultados da influência africana, como dona, sinhá ou iaiá dão lugar a denominações afrancesadas, como *mademoiselle* ou, mais popularmente, *madame*. (Priore e Venancio, 2010, p. 183).

A contribuição da França está presente em campos diversificados, que vão além das artes plásticas – costureiras, modistas, livreiros, parteiras, cabeleireiros, ourives, floristas, fabricantes de coletes, perfumistas e jardineiros. A Rua do Ouvidor chegou a ser comparada à rua Vivienne, de Paris. Na época, era proibido andar pela rua de pés descalços, o que coibia a circulação de escravos.

Na vida literária a influência também foi grande. Nas livrarias, a maior procura dos intelectuais era por traduções de obras de Balzac, Maupassant, Rimbaud, Verlaine, Baudelaire, Victor Hugo, entre outros, e o mesmo se repetia nas consultas em bibliotecas. A partir dos hábitos e leituras, o romantismo francês ganhou força por volta de 1840 com poetas, escritores e dramaturgos.

De todos os estrangeiros presentes à época, os franceses eram os mais bem vistos – seus usos, suas maneiras, suas modas, os objetos de luxo e muitas outras coisas convinham perfeitamente aos brasileiros. Os príncipes da casa de Bragança sempre ofereceram bom acolhimento aos franceses e, aqueles que aqui se estabeleceram, trataram de fornecer ao Brasil ocasiões de aumentar o consumo de seus produtos (muitos fundaram estabelecimentos agrícolas) e introduzir seus costumes e cultura⁸.

Os franceses também foram representativos no magistério em geral por ministrarem aulas em seu idioma de origem, de desenho, de piano e Ciências. A influência cultural francesa não estava presente apenas no que concerne ao âmbito das letras, mas na maneira de vestir-se, comportar-se, pentear-se, falar, divertir-se e, até mesmo, de comer.

A carência de mão de obra qualificada e de produtos ao gosto da elite local explica a diversidade de profissionais que aportaram no Brasil, sobretudo aqueles do setor de serviços e os comerciantes em geral. De fato, existem duas épocas na história da influência francesa no Brasil – até a primeira metade do século XIX ela é, sobretudo, intelectual e, na segunda metade, técnica.

⁸ Até a quadrilha, dança popular originária da França, chegou ao país no século XIX trazida pela corte portuguesa. Conhecida por *quadrille*, surgiu no século XVIII, é encenada por casais em quase todo o Brasil e até hoje sua marcação é feita em francês.

Da mesma forma, a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo do Rio de Janeiro foram influenciados pelo estilo francês. Auguste François Marie Glaziou, engenheiro francês, veio à cidade a convite do imperador D. Pedro II para coordenar a Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial. Deve-se a ele a descoberta de diversas espécies batizadas com seu nome – a Glaziovia e a Maniçoba -, e a adoção de plantas brasileiras em praças e ruas da cidade. A reforma no jardim do Passeio Público e a construção de novos jardins e parques, como o Campo de Santana⁹ e a Quinta Imperial, (conhecida como a Quinta da Boa Vista¹⁰) foram obras realizadas por Glaziou, que deixou sua legenda como o principal paisagista do século XIX no Rio de Janeiro Imperial.

A presença de Glaziou resulta no desenvolvimento de inúmeros projetos. Muitos nem sua assinatura levam, embora existam registros de terceiros que sugerem que o Jardim da Casa da Marquesa de Santos, no Rio, o Jardim da Aclimação, em São Paulo, e o Parque do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, sejam de sua autoria, assim como o Jardim do Palácio Imperial de Petrópolis. (FRANÇAISE, 2009, p.35).

A supressão da escravidão em 1888 e a prática da hospitalidade com respeito ao viajante de passagem deram aos brasileiros uma reputação de doçura que fez aumentar o número de imigrantes. Além disso, como o idioma francês era a língua da sociedade mundana, a capital do Brasil era frequentemente visitada pelos mais célebres comediantes, os quais vinham para trazer o espírito francês, gênero reconhecido em todos os países civilizados.

3.3 MOVIMENTAÇÕES TÊXTEIS

Após a transferência da família real portuguesa para o Brasil, foi criado o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil a fim de dinamizar a economia brasileira e, dessa forma, financiar a

⁹ Palco da aclamação de D. João como rei e de D. Pedro I como imperador do Brasil, além de outros momentos históricos, passou a ser chamado Praça da República quando da proclamação. No entanto, voltou a ser Campo de Santana, tendo sido tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, integrando a Zona Especial do Corredor Cultural da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰ Edifício em estilo neoclássico, foi instalado no local do antigo Paço Imperial, e em suas dependências localizam-se o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro e o Museu Nacional. Foi utilizado como residência da família real portuguesa, bem como da família imperial brasileira.

manutenção da Corte no país. Uma das primeiras iniciativas foi instituir prêmios a quem transplantasse para o Brasil árvores de especiarias finas da Índia e produtos exóticos¹¹.

Em 1809, foi editado alvará para recomendar às tropas do exército nacional que utilizassem tecidos fabricados no país, estimulando o setor com isenções fiscais, além da instalação de filatórios e fábricas de tecidos em São Paulo e Minas Gerais. No entanto, com a intenção de agradar os ingleses, foi criado o Tratado de Comércio e Amizade com a Grã-Bretanha, o qual concedia tarifário especial de quinze por cento a produtos procedentes daquele país. Tal medida bastou para enterrar as manufaturas têxteis brasileiras, bem como para piorar as contas do governo. Àquela época, quase tudo o que se consumia no Brasil – tecidos, calçados, remédios, velas, sabão – precedia do exterior, e este excesso de importação impossibilitava o desenvolvimento da produção interna.

A situação se modificou somente após o Segundo Reinado com a Tarifa Alves Branco¹², a qual estabeleceu que cerca de três mil artigos importados teriam taxas entre vinte e sessenta por cento. A partir daí começaram a surgir núcleos industriais de tecidos em outros estados brasileiros, empregando muitos operários, trazendo inovações tecnológicas com máquinas capazes de aumentar a produção.

3.4 A MODA E O COMÉRCIO DE ROUPAS

De certa forma, como bem afirma Braga (2011), o Brasil “nasceu” sob o signo da Moda, se for levado em consideração que o primeiro produto a ser oferecido ao mercado externo foi o pau-brasil, árvore aqui presente, a qual deu nome ao nosso país. De tal espécie era extraído pigmento raro, de cor vermelha, utilizado para o tingimento de tecidos e pinturas.

A partir da chegada de D. João VI e do posterior restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e França em 1815, teve início a crescente importação de produtos de luxo franceses consumidos pela corte. Tal quadro não se

¹¹ Dentre outras espécies, foram trazidas muscadeira, canforeira, cravo da Índia, manga, chá da China e abacate da América. Vieram da Guiana Francesa a cana de açúcar e as palmeiras reais, depois chamadas imperiais.

¹² Decreto criado pelo então ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco. Na inexistência de produto concorrente no país, incidiria o valor de 30% sobre a mercadoria a ser tributada; caso houvesse produto semelhante, o tributo poderia alcançar 60% de seu valor.

alterou mesmo com o retorno do rei para Lisboa em 1821, porém não se expandiu como esperado devido à falta de recursos dos comerciantes franceses.

À época em que a família real portuguesa aqui vivia, muitas informações sobre o estilo de vida europeu se disseminavam, criando um espaço privilegiado para a difusão da moda daquele continente. Assim, pode-se afirmar que os brasileiros assimilavam os modos de vestir da sociedade industrial europeia. A população era formada por uma aristocracia rural que ambicionava se vestir como as elites do velho continente, tendo França e Inglaterra como principais referências.

A roupa - como sempre fez - servia como diferenciação social, de modo a determinar à qual camada cada grupo pertencia, e não se pode negar a grande preocupação em se distinguir de escravos e camadas mais baixas da sociedade brasileira. Além das vestimentas, as joias também eram um dos elementos mais marcantes de distinção social para homens e mulheres. Os homens as exibiam por meio de fivelas de calção, bengalas, relógios etc., ao passo que as mulheres se enfeitavam com alfinetes de peito, pentes de cabelo, cordões de ouro, anéis, dentre outros artigos. Além do ouro, as joias apresentavam pedras preciosas, sendo muitas provenientes de fora do país.

A França havia se tornado grande modelo de elegância e bom gosto, visíveis nos trajes femininos durante todo o século XIX, que acabou por influenciar toda a Europa. A burguesia francesa exalava comportamentos, formas de vestir, comer e, sem dúvida, de consumir. A influência cultural espalhava-se, inclusive, por meio da exportação dos chamados “artigos de Paris”, como tecidos, objetos de armarinho, perfumaria, móveis e peças de decoração.

Apesar do clima tropical, vestia-se lã e veludo em roupas sobrepostas, com saias compostas por três camadas de panos. As cores vivas, comuns ao uso diário, começaram a ser substituídas pelo preto a partir de 1840. Passaram-se as décadas e a moda começou a ser fortemente influenciada pelo famoso costureiro parisiense Paul Poiret¹³, o qual disseminou os grandes vestidos rodados, ressaltando a mulher longilínea, em contraste com o corpo curvilíneo do final do Império.

Com a presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, muitos conceitos comportamentais e de se trajar foram embutidos na vida dos brasileiros. A distinção

¹³ O estilista francês começou a desenhar vestidos na década de 1890, tendo sido o primeiro *fashion designer* moderno. Liberou as mulheres do espartilho, propondo uma silhueta mais solta, baseada nas formas da *art déco*. Em suas criações de quase cem anos estão as origens de muitas coleções de alta costura atuais.

ao se vestir caracterizava uma sociedade civilizada e, durante todo o século XIX, cultivou-se a figura da mulher bem vestida, sempre elegante, com o intuito de exibir a fortuna do marido. As novas formas de socialização ocorridas na cidade, com maior circulação nos espaços públicos, realização de festas, saraus nas residências, frequência nos teatros e restaurantes contribuíram fortemente para a difusão da moda europeia. Além das vestimentas adequadas, novos hábitos de higiene e boas maneiras – inclusive na mesa – tornaram-se obrigatórios, seguindo padrões definidos em manuais de etiqueta.

As lojas do Rio de Janeiro estavam repletas de novidades advindas da capital francesa – vestidos, roupas feitas, calçados, bibelôs, perfumarias, tranças para cabelos, tecidos, entre outros componentes que acabavam por adquirir uma aura de luxo e requinte, verdadeiros diferenciadores de *status* social justamente porque vinham da França. A indumentária e os novos hábitos transplantados pela Corte eram exibidos nas noites de espetáculo do Teatro São João ou nas missas de domingo.

Em meio às medidas de liberalização tomadas quando da chegada da família real portuguesa ao Brasil, passou a ser permitida a entrada de imigrantes europeus, dentre os quais muitos foram fundadores de manufaturas e comércios no segmento do vestuário no Rio de Janeiro e demais cidades do Império. No geral, a superioridade das atividades comerciais estava nas mãos de imigrantes ingleses e norte-americanos, o que preocupava as autoridades francesas sediadas no Brasil. Tal fato se devia à falta de recursos de vendedores franceses, que acabavam por importar apenas as mercadorias que lhes eram vendidas a crédito. Além disso, os franceses apresentavam um perfil muito mais industrial do que comercial.

Ao passar dos anos, durante o século XIX, houve refinamento de tecidos, o que pode ser percebido pelos inventários de personalidades que viveram a época. No entanto, embora o estabelecimento de paz com a França permitisse a livre circulação de seus produtos por aqui, é fato que somente a uma parcela da população brasileira era possível consumi-los. Poucos tinham acessos a tais artigos, assim como a serviços – cabeleireiros, chapeleiros, modistas etc. Neste sentido, tornam-se difíceis os estudos relacionados à indumentária do período joanino no que refere a camadas populares, nelas incluídos escravos, mulheres brancas pobres, baixos funcionários públicos, limitando a análise a obras retratadas ou a relatos de viajantes.

Naturalmente, a importação de produtos europeus, bem como a imigração de pessoas vindas daquele continente, tenderam a se concentrar em áreas economicamente mais desenvolvidas. A consequência deste deslocamento foi o aumento das diferenças culturais entre o norte e o sul do país.

4 ESTUDO SOBRE MODA E COSTUMES: ANÁLISE DE IMAGENS

Apesar de todo o desenvolvimento artístico e cultural propiciado por grandes profissionais que aqui estiveram, fato é que nem todas as camadas da sociedade puderam ter acesso ao seu conhecimento. A disparidade social não é novidade, ao contrário, já era marcante no nosso país à época da colônia. Dessa forma, a maioria dos arquivos referentes ao período abrangem as classes mais privilegiadas, retratando seus costumes, ambientes frequentados e, no caso a ser abordado no presente capítulo, o modo de vestir.

Com relação às classes menos favorecidas, poucas fontes existem para auxiliar seu estudo. Por outro lado, a partir de artistas que estiveram no Brasil na época e experimentaram a vida por aqui, é possível uma análise, ainda que superficial, do cotidiano daquelas pessoas. Há que se considerar aspectos subjetivos em tais trabalhos, uma vez que os pintores retratavam a vida alheia a seu modo, muitas vezes dotados de preconceitos e afetados por um choque cultural provocado pela disparidade entre os continentes.

Neste ramo, figura de extrema importância é a de Jean Baptiste Debret, já mencionado neste trabalho, o qual deixou um legado imenso para a nossa história. A partir de algumas de suas imagens, poder-se-á tecer comentários acerca dos trajes e costumes daqueles que aqui viveram no período joanino e no que o sucedeu.

Enquanto pintor da Corte, Debret realizou trabalhos que visavam a construir uma imagem da incipiente monarquia, valendo-se para isso de toda uma tradição artística francesa. Como pintor neoclássico, o artista cultivava a ideia de que a arte deveria ser fiel à verdade, embora na prática tal verdade fosse muito mais determinada por regras acadêmicas, em busca de uma beleza ideal.

Um dos temas principais das obras do artista era a escravatura, portanto, representava os negros em diversas situações. Importante se faz salientar a contribuição destes para o enriquecimento cultural do Brasil, uma vez que traziam elementos africanos que aqui acabavam por fundir-se a referências europeias, fazendo uma miscelânea de culturas, justificando a riqueza peculiar do nosso país neste aspecto. No entanto, o artista jamais conseguiu refletir com clareza em suas

obras toda a brutalidade dos espancamentos e dos maus tratos a que eram submetidos os escravos.

Na obra a seguir, denominada de “Vendedoras de pão de ló”, é retratada uma senhora comercializando o alimento, tal qual muito consumido pelos cariocas, provavelmente para seu dono. Bem vestida com trajes típicos baianos (poderia ser esta sua origem), porta saia bem rodada, turbante na cabeça, brincos e colares. De frente para a vendedora, tem-se um escravo descalço usando um chapéu, acessório muito utilizado por escravos.

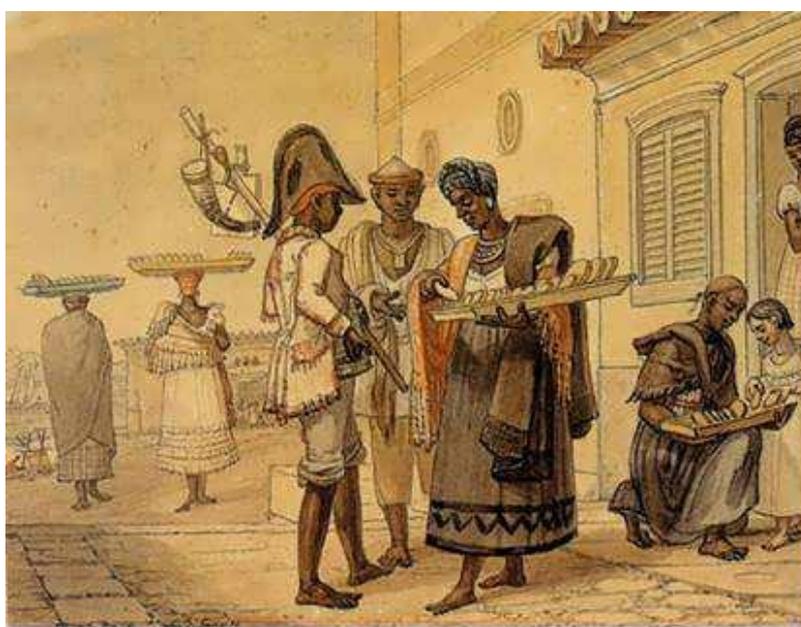


Figura 01 – Jean Baptiste Debret – “Vendedoras de pão de ló” (1826).
Museus Castro Maya – IPHAN/Minc – MEA 0203

A próxima obra, “Negras livres vivendo de suas atividades”, revela uma prática comum na época para aquelas escravas que conquistavam a alforria pela benevolência de seus donos ou por compra de sua liberdade. No canto esquerdo da obra, vê-se uma senhora bem vestida, com penteado discreto, conversando com outras, provavelmente ainda escravas devido à diferença de qualidade de suas vestes.

A venda de frutas e quitutes era a atividade na qual as ex-escravas conseguiam mais espaço e, sempre bem vestidas, costumavam portar sapatos e colares de modo a revelar à sociedade sua nova condição de liberta. Tal fato é possível notar pela senhora ao centro da imagem, ricamente trajada, calçando sapatos, acompanhada pelo negro logo atrás, o qual carrega as frutas.



Figura 02 – Jean Baptiste Debret – “Negras livres vivendo de suas atividades”.
Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.

Cabe lembrar que Debret também criou trajes para a corte portuguesa. Um exemplo foi o vestido utilizado pela princesa Leopoldina na coroação de seu marido, D. Pedro I. O luxo do tecido e riqueza de bordados revelam o caráter solene da cerimônia. As plumas fazem alusão aos adereços utilizados pelos habitantes nativos, o que traduzem uma tentativa de aproximação por parte do casal imperial. A imagem marca a conciliação da cultura europeia com aquela nascida no novo continente.



Figura 03 – Jean Baptiste Debret – Coroação de Maria Leopoldina da Áustria (1822).



Figura 04 – Reprod. do vestido usado pela princesa Leopoldina na coroação de D. Pedro I. Exposição Mulheres Reais. Rio de Janeiro, 2008.

Na imagem a seguir, tem-se o traje oficial de D. Maria I. A simplicidade reflete os tempos conflituosos da Revolução Francesa, quando a ostentação poderia ser perigosa para as famílias reais. O estilo inglês, adotado pela aristocracia vinculada à vida no campo, começava a exercer influência. Embora mantenha corpete, gola e mangas tradicionais do traje monárquico, apresenta uma silhueta mais atenuada e cores mais suaves, denominado de “vestido à inglesa”, não constando armação lateral.



Figura 05 – Reprod. do traje oficial de D. Maria I.
Exposição Mulheres Reais. Rio de Janeiro, 2008.

Por sua vez, D. Carlota Joaquina descendia da dinastia Bourbon, da Espanha e aos dez anos de idade deixou aquele país para se casar com D. João em Portugal. Seu enxoval foi confeccionado por Rose Bertin¹⁴, a modista de Maria Antonieta.

Nas imagens a seguir, tem-se a tradução da Moda Império, quando ocorreu a queda do tradicional traje monárquico, trazendo um vestido solto com cintura alta, de inspiração greco-romana. A vestimenta é composta por tecidos pesados e luxuosos, acompanhando os parâmetros estéticos da antiguidade clássica. A cor vermelha representa a ostentação do poder real, bem como seu temperamento, um tanto quanto enérgico.

¹⁴ Embora não assinasse suas criações, Rose Bertin produzia vestidos e os enviava à Maria Antonieta. Além da costura, também era responsável pelo aconselhamento de vestuário à rainha. Abriu sua própria loja na Rue Saint-Honoré em 1770 e logo conquistou clientes influentes entre as damas de Versalhes.



Figura 06 – Artista desconhecido. Retrato de Carlota Joaquina de Bourbon (antes de 1830). Lisboa, acervo do Palácio Nacional da Ajuda.



Figura 07 – Reprod. do traje de D. Carlota Joaquina, Moda Império.
Exposição Mulheres Reais. Rio de Janeiro, 2008.

Com relação às influências culturais, os portugueses trouxeram para o Brasil o entrudo, mencionado em capítulo anterior. Trata-se de uma festa popular, considerada até desagradável por alguns, já que consistia em atirar ovos e bolas de cera cheias d'água nas pessoas, como bem retratou Debret na próxima obra. Por outro lado, o entrudo também era celebrado em ambiente privado, entre famílias,

onde a festa acontecia de forma mais contida. Considera-se a origem do Carnaval, que nada mais é do que a celebração do excesso, da alegria e do desregramento.



Figura 08 – Jean Baptiste Debret – “Dia do Entrudo” (1823).

Da mesma forma, certos hábitos diários foram modificados pela presença europeia no Brasil. Era rara nas casas do Ocidente até o século XVII a existência de cômodos com funções específicas, assim, as pessoas comiam onde bem entendiam, dependendo da vontade ou de quantos visitantes havia.

Com o surgimento do desejo de privacidade, no século XVIII as pessoas começaram a fazer suas refeições em ambientes separados e, no século XIX, a sala de jantar chegou ao Brasil, trazida pela corte portuguesa. Tal mudança é retratada na obra “Um Jantar Brasileiro”, de Debret.



Figura 09 – Jean Baptiste Debret – “Um Jantar Brasileiro” (1827).



Figura 10 - Jean Baptiste Debret – “Coroação de D. Pedro I” (1828).
Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty.

Debret, como representante do estilo neoclássico francês, carregava consigo valores políticos liberais, provenientes da Revolução Francesa, estando sua pintura muito ligada a representações históricas. Na pintura acima, a qual retrata a “Coroação de D. Pedro I”, além de a cerimônia seguir rituais tradicionais franceses, os trajes militares em questão exemplificam o que foi adotado pelos homens em

geral, como se pode perceber pela próxima imagem, que representa o passeio de uma família rica. As roupas ficaram mais justas, com ares militares, próprios de tempos marcados por lutas revolucionárias.



Figura 11 – Jean Baptiste Debret – “Um funcionário a passeio com sua família” (1839).
Coleção Brasileira, Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Com relação às mulheres, estas adotavam as silhuetas soltas e o decote império, registro do século, logo abaixo do busto. Muitas utilizavam os cabelos soltos como as gregas o faziam, mas o penteado detalhado transparecia sua posição social.

Na imagem a seguir, tem-se “Uma senhora brasileira em seu lar”, acompanhada da filha, escravos e bebês. Pela roupa, penteado e acessório que carrega, a escrava bordadeira parece estimada à senhora, ocupando posição privilegiada em relação aos demais, uma vez comparadas as vestimentas de cada um. A filha porta algum tipo de leitura, justificada pela proibição às mulheres da época de frequentarem escolas. É possível perceber uma organização social até mesmo dentro de casa, refletindo as características marcantes da sociedade brasileira da época.



Figura 12 – Jean Baptiste Debret – “Uma senhora brasileira em seu lar” (1823).
Coleção Brasileira, Pinacoteca do Estado de São Paulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há que se afirmar que D. João VI deixou um legado que afetou profundamente o futuro de milhões de pessoas. Independente de seu caráter conhecidamente medroso, pode ser considerado um bom estrategista político que, embora por seus meios questionáveis, conseguiu enganar as tropas de Napoleão, preservando os interesses de Portugal, bem como tornando o Brasil um país melhor.

Durante os treze anos de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, o Brasil sofreu intensas mudanças como nunca em outra época. Enquanto permaneceu nos trópicos, o rei teve tempo de transformar a capital da colônia, além de instalar instituições e estabelecimentos que mudaram a sorte deste país. Elevado à categoria de reino, o Brasil deu os primeiros passos rumo a uma nação propriamente dita e deixou de ser colônia para fazer-se independente, o que torna positivo o legado de D. João VI.

Possivelmente, nosso país seria fragmentado caso não ocorresse a vinda da corte portuguesa e, uma vez dividido, mais acentuadas seriam as diferenças regionais e não seria hoje a maior nação deste continente. Há duzentos anos o Brasil não existia; não havia unidade nacional e os cidadãos que aqui nasciam sequer eram designados como “brasileiros”. Dessa forma, pode-se considerar a integridade territorial como uma grande conquista daquele rei.

Insta salientar os traços de cultura agregados que fazem nossa nação carregar até hoje resquícios europeus, ainda que não notados. Nisto se inclui arquitetura, trabalhos artísticos, hábitos diários e a moda propriamente dita – por muito tempo a Europa foi determinante para o modo de vestir dos brasileiros, apesar das diferenças climáticas, e até hoje temos o costume de seguir tendências europeias, mantendo a França como parâmetro primordial.

Embora muito se atribua problemas sociais e econômicos atuais à herança portuguesa, como de fato grande parte de distúrbios políticos tem no governo de D. João VI sua origem, é inegável que muito pior seria sem a presença daquela corte, que impulsionou o Brasil a um novo patamar de civilização. O que não se deve abdicar é de corrigir tais erros, já que não se pode apagar a história, e valorizar a contribuição de todos aqueles que aqui estiveram à nossa cultura e educação. Aliás,

é tal agregação de valores, etnias e costumes que fazem nossa nação possuir uma identidade tão peculiar quanto rica.

REFERÊNCIAS

ARTIGAS, Laura. **Moda pra ler: De caso com Debret.** 2011. Disponível em: <<http://www.modapraler.com/2011/05/de-caso-com-debret.html>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

BANDEIRA, Julio. **Jean-Baptiste Debret: Caderno de Viagem.** Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2006.

BRAGA, João. **História da moda no Brasil: das influências às autorreferências.** São Paulo: Pyxis, 2011.

COMPAGNON, Olivier. France-Brésil: destins croisés. **L'Histoire**, Paris, n. 366, p. 72, jul.-ago. 2011.

DUNCAN, Emilia. **Visita guiada à exposição “Mulheres Reais” na Casa França-Brasil-RJ.** 2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=4OB-Ux2eeo0>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

FRANÇAISE, Alliance. **A presença francesa no Brasil: de Villegaignon ao século XXI.** São Paulo: Conteúdo, 2009.

GOMES, Laurentino. **1808.** São Paulo: Planeta, 2007.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história.** São Paulo: USP, 2005.

LAVIER, James. **A Roupas e a Moda: uma história concisa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PALOMINO, Erika. **A moda.** São Paulo: PubliFolha, 2003.

POLLINI, Denise. **Breve história da moda.** São Paulo: Claridade, 2007.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Planeta, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. D. João em Detalhes. In: MAPRO. **D. João: O contexto do período Joanino no acervo do museu Mariano Procópio**. Juiz de Fora: Fundação Museu Mariano Procópio, 2008. p. 8 – 11.

SOBRINHO, Wanderley Preite. **Chegada da corte portuguesa muda o Rio de Janeiro**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 07 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u375711.shtml>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

SOUSA, Rainer. **A Tarifa Alves Branco**. Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/a-tarifa-alves-branco.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

TREVISAN, Anderson Ricardo. **A construção visual da monarquia brasileira: Análise de quatro obras de Jean-Baptiste Debret**. Rio de Janeiro, jul. 2009. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_jbd_art.htm>. Acesso em: 20 jan. 2013.

VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. **Franceses no Brasil: Séculos XIX – XX**. São Paulo: Unesp, 2009.

ZANIN, Larissa Fabricio. **A corte portuguesa e o escravismo no Brasil sob o olhar de Debret**. 138f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas. UFES, Vitória, 2007. Disponível em: <http://www.historia.ufes.br/sites/www.historia.ufes.br/files/Larissa_Fabr%C3%ADcio_Zanin.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.